

20 OUT 1983

Aula de Economia no Congresso

Dívida Ext

Se a comissão parlamentar de inquérito sobre a dívida externa chegará a conclusões úteis é coisa que não sabemos. Temos de reconhecer, porém, que, com o depoimento que prestou a essa comissão, o banqueiro Olavo Setúbal deu excelente contribuição aos membros do Congresso. Ministrou ele aos membros da CPI uma aula substanciosa, graças à qual podem eles entender melhor o assunto que estão estudando. Foi com uma explanação clara e realista que o banqueiro paulista colocou os membros do Congresso diante de suas responsabilidades.

O ex-prefeito de São Paulo começou por analisar, com muita propriedade, o montante da dívida externa do País, adotando uma apresentação que não foi ainda aceita pelo Banco Central do Brasil, mas é, sem dúvida, bem mais operativa. Com efeito, o sr. Olavo Setúbal incluiu nessa dívida as operações interbancárias efetuadas por agências de bancos brasileiros no Exterior, inclusão que se justifica plenamente, pois

foram essas operações que originaram as dificuldades que o País começou a enfrentar, depois de setembro do ano passado. Por outro lado, o banqueiro paulista teve o cuidado de não fazer uma dupla contagem com os empréstimos recebidos dos bancos brasileiros no Exterior e de transformar em operações de curto prazo operações que até agora têm sido consideradas de longo e médio prazo.

Dando realce a esse aspecto quantitativo, o sr. Olavo Setúbal ajudou a apresentar o problema com mais clareza. Podemos discordar dele somente quanto à sua estimativa dos empréstimos internacionais que dependem de instituições governamentais, a qual o levou a sustentar que 87,2% da dívida registrada brasileira é de responsabilidade do sistema financeiro internacional, não governamental. Com efeito, seria necessário levar em conta os empréstimos que, embora tendo sido obtidos de bancos comerciais, foram garantidos pelos governos. Este dado é im-

portante, pois é preciso tomar consciência de que somente os juros correspondentes a empréstimos oficiais poderão ser negociados de imediato. Não obstante essa ressalva, deve-se admitir que a parcela consideravelmente maior da dívida é devida aos bancos comerciais. Quanto a isto estamos inteiramente de acordo com a asserção do ex-prefeito de São Paulo, que disse: "Propor agora uma renegociação política da nossa dívida, numa visão de governo a governo, está, a meu ver, fora da realidade".

O trecho mais importante do depoimento de Olavo Setúbal foi, a nosso ver, aquele em que cuidou de demonstrar aos membros do Congresso que a decretação de uma moratória unilateral é uma solução que se deve repelir com energia, pois levaria o País a uma crise ainda maior do que a de hoje, em consequência da suspensão dos financiamentos ligados ao comércio exterior. Por isso, o banqueiro paulista insiste na absoluta necessidade de se chegar a um

acordo com o FMI. Na presente situação é este, segundo ele, o único meio de se sobreviver, muito embora reconheça ele as dificuldades antecipadas ao cumprimento dos compromissos assumidos com o organismo internacional. Insiste também o sr. Setúbal na necessidade de se ter o apoio político do Congresso a esse acordo, que lhe parece essencial.

Como temos dito sempre nestas colunas, a solução de curto prazo que é oferecida a nosso país, conquanto imperiosa, terá de ser revista, pois não resolve o verdadeiro problema do Brasil e de muitos outros países endividados. O sr. Olavo Setúbal lembra que o Brasil é ainda muito pobre para reexportar recursos reais para os países ricos e que as exportações de capitais devem ser compatíveis com as possibilidades reais. Uma renegociação mais profunda é necessária e indispensável, mas só poderá ser empreendida depois de se chegar a acordo com o FMI sobre os problemas atuais.